

Mailson assina acordo e promete atualizar os pagamentos do Brasil

por Getulio Bittencourt

de Nova York

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, chefia a delegação brasileira que assina formalmente hoje o acordo com os bancos credores. A solenidade começa às 11 horas da manhã, no escritório dos advogados Shearman & Sterling, na avenida Lexington, perto do edifício central do Citibank.

De acordo com uma nota distribuída ontem pelo Citibank, que coordena o comitê de dezessete bancos que assessoram o Brasil por ser o maior credor individual privado, o ministro Mailson prometeu atualizar os pagamentos brasileiros a todos os bancos privados em breve. A data de atualização anunciada pelo ministro é a mesma da assinatura do acordo de dinheiro novo, prevista para outubro.

O presidente do comitê assessor de bancos, William R. Rhodes, disse ontem que o "pacote" de meio-termo a ser assinado amanhã é o maior já registrado no mercado internacional. Compreende US\$ 82 bilhões entre dinheiro novo e reestruturação de dívida anterior. Rhodes acrescentou que esse é o primeiro "pacote" que combina dinheiro novo "com substancial redução de débito desde que a crise da dívida externa do Terceiro Mundo eclodiu em agosto de 1982". Ele observou ainda que o documento, cuja negociação começou a 22 de junho último, também é o que demorou menos tempo para concluir, nos últimos seis anos.

A principal razão para esse desempenho, segundo

Rhodes, é que o acordo brasileiro contém "o mais criativo 'menu' de opções" na renegociação de bancos com o Terceiro Mundo, nesse período. Rhodes entende que o "pacote" brasileiro "indica o caminho em que a crise da dívida será administrada no futuro".

O "menu" a que se refere Rhodes inclui co-financiamentos com o Banco Mundial (BIRD), outros financiamentos paralelos via BIRD, depósitos comerciais de meio prazo, bônus de dinheiro novo e bônus de saída. Alguns desses papéis possibilitam a conversão da dívida em investimentos ou em exportações, trocas de débitos por débitos e reemprestimos pelos bancos credores para entidades privadas brasileiras autorizadas pelo Banco Central (BC).

O dinheiro novo previsto cobriria as necessidades brasileiras até o primeiro semestre de 1989, no valor de US\$ 5,2 bilhões. Desse total de US\$ 750 milhões serão co-financiados pelo BIRD. Outros US\$ 2,85 bilhões serão financiados paralelamente pelo Banco Mundial. Apenas US\$ 1 bilhão serão diretamente financiados pelos bancos privados, que devem absorver também US\$ 600 milhões em papéis de depósito comercial de prazo médio.

O "pacote" inclui o acordo de reestruturação multianual cobrindo aproximadamente US\$ 67 bilhões de débitos de médio e longo prazos do Brasil com os bancos credores. E financiamentos de mais US\$ 15 bilhões, que darão continuidade às linhas comerciais de curto prazo e interbancárias para o País.